

## ■ DIREITO ADMINISTRATIVO

*Tiago Bockie e Marco Aurélio Prata*

1.	Direito Administrativo: Noções Gerais .....	52
1.1.	Natureza jurídica .....	52
1.2.	Conceito .....	52
1.3.	Objeto.....	53
1.4.	Fontes.....	54
1.5.	Sistemas administrativos.....	54
2.	Princípios da Administração Pública .....	55
2.1.	Considerações gerais .....	55
2.2.	Pedras de toque.....	56
2.3.	Princípios constitucionais explícitos .....	57
2.3.1.	Princípio da legalidade .....	57
2.3.2.	Princípio da impessoalidade:.....	58
2.3.3.	Princípio da moralidade .....	58
2.3.4.	Princípio da publicidade .....	60
2.3.5.	Princípio da eficiência .....	60
2.4.	Princípio constitucionais implícitos.....	61
2.4.1.	Princípio da finalidade .....	61
3.	Organização Administrativa .....	62
3.1.	Administração pública: conceito, sentidos e princípios.....	62
3.2.	Administração direta, indireta, centralizada e descentralizada.....	63
3.3.	Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista .....	64
3.4.	Outras nomenclaturas.....	67
3.5.	Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.....	68
3.6.	Entidades paraestatais (terceiro setor).....	69
4.	Poderes Administrativos .....	70
4.1.	Conceito .....	70
4.2.	Espécies de Poderes Administrativos.....	70
5.	Atos Administrativos .....	74
5.1.	Conceito e natureza jurídica .....	74
5.2.	Elementos ou requisitos .....	75
5.2.1.	Vinculação e discricionariedade.....	77
5.2.2.	Mérito Administrativo .....	78

5.3.	Atributos.....	78
5.4.	Classificação .....	79
5.5.	Espécies .....	80
5.6.	Extinção: anulação e revogação .....	81
5.7.	Convalidação .....	83
6.	Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal - Lei nº 9.784/1999 .....	83
6.1.	Finalidade da lei 9.784/1999 .....	83
6.2.	Princípios e critérios elencados expressamente na legislação .....	83
6.3.	Direitos dos administrados.....	84
6.4.	Deveres dos administrados .....	84
6.5.	Do início do processo .....	85
6.6.	Dos interessados .....	85
6.7.	Da competência.....	85
6.8.	Impedimentos e da suspeição.....	86
6.9.	Comunicação dos atos .....	86
6.10.	Da instrução .....	86
6.11.	Do dever de decidir .....	87
6.12.	Da motivação.....	87
6.13.	Da desistência e outros casos de extinção do processo .....	87
6.14.	Da anulação, revogação e convalidação.....	88
6.15.	Do recurso administrativo e da revisão.....	88
7.	Serviços Públicos .....	89
7.2.	Princípios do serviço público.....	89
7.3.	Classificação dos serviços públicos .....	89
7.3.1.	Quanto a forma de fruição.....	89
7.3.2.	Quanto a forma de prestação.....	90
7.4.	Delegação: concessão, permissão e autorização.....	90
7.6.	Da intervenção.....	91
8.	Agentes Públicos e Lei nº 8.112/90 .....	92
8.1.	Conceito .....	92
8.2.	Classificação .....	93
8.3.	Concurso público .....	95
8.4.	Estágio probatório .....	96
8.5.	Efetividade e Estabilidade (ordinária e extraordinária) .....	97
8.6.	Lei nº 8.112/90 – Considerações gerais.....	97
8.6.1.	Nomeação, posse e exercício.....	98
8.6.2.	Formas de provimento derivado.....	98
8.6.3.	Vacância.....	99
8.6.4.	Remoção e redistribuição .....	100
8.6.5.	Substituição .....	100
8.6.6.	Remuneração e vantagens pecuniárias.....	101
8.6.7.	Férias.....	103
8.6.8.	Licenças e afastamentos:.....	103
8.6.9.	Direito de petição .....	104

8.6.10. Deveres e proibições .....	104
8.6.11. Acumulação de cargos, empregos e funções .....	106
8.6.12. Responsabilidades.....	107
8.6.13. Penalidades:.....	107
8.6.14. Processo administrativo disciplinar.....	108
9. Improbidade Administrativa .....	109
9.1. Fundamento constitucional, fundamento legal, conceito e natureza jurídica.	109
9.2. Sujeitos.....	110
9.3. Atos de improbidade:.....	110
9.4. Sanções.....	113
9.5. Procedimento .....	115
9.6. Prescrição.....	115
10. Controle Da Administração.....	115
10.2. Espécies de controle .....	116
10.2.1. Controle Administrativo .....	116
10.2.2. Controle Judicial .....	116
11. Responsabilidade Civil do Estado.....	119
11.1. Noções introdutórias: responsabilidade objetiva, subjetiva e reparação do dano .....	119
11.2. Responsabilidade do Agente Público causador do dano (teoria da dupla garantia).....	120
11.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade civil do Estado.....	120
11.5. Teorias sobre a evolução da responsabilidade civil do Estado.....	121
11.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	122
11.7. Responsabilidade do Estado por atos judiciais .....	122
11.8. Outras observações importantes acerca do tema que podem ser cobradas no Exame da Ordem.....	122
12. Bens Públicos .....	122
12.1. Conceito .....	122
12.2. Classificação dos bens públicos:.....	123
12.2.1. Quanto à titularidade: .....	123
12.2.2. Quanto à destinação:.....	124
12.2.3. Quanto à disponibilidade: .....	124
12.3. Características dos bens públicos .....	125
12.4. Utilização dos bens públicos por particulares:.....	125
13. Licitações – Lei nº 8.666/93 e Alterações Posteriores .....	126
13.1. Conceito, objeto e finalidades da Licitação .....	126
13.2. Competência para legislar sobre licitação .....	126
13.3. Princípios Licitatórios.....	126
13.3.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.....	126
13.3.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	126
13.3.3. Princípio do Procedimento Formal.....	126
13.3.4. Princípio do Sigilo das Propostas .....	127
13.4. Modalidades, procedimentos e fases licitatórias.....	127
13.5. Sistema de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013).....	131

13.7.	Prazos entre a publicação do instrumento convocatório e o dia do evento.....	133
13.8.	Contratação direta: obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação .....	133
13.9.	Revogação e invalidação da licitação .....	137
13.10.	Da desistência e controle da licitação.....	137
14.	Contratos Administrativo.....	138
14.1.	Conceito .....	138
14.2.	Características dos contratos administrativos .....	138
14.3.	Fiscalização e execução do contrato administrativo .....	140
14.4.	Extinção do contrato .....	140
14.5.	Duração do contrato administrativo.....	143
14.6.	Teoria da imprevisão.....	143
14.6.1.	Fato do Príncipe.....	143
14.6.2.	Fato da Administração .....	144
14.6.3.	Caso Fortuito ou Força Maior .....	144
15.	Intervenção do Estado na Propriedade Privada.....	144
15.1.	Conceito .....	144
15.2.	Fundamentos.....	144
15.3.	Espécies: características básicas .....	145
15.4.	Desapropriação – Características fundamentais .....	146

## ■ DIREITO CIVIL

*Plínio Moura*

1.	Direito Civil e Constituição.....	154
2.	Pessoa Natural e Direitos da Personalidade.....	155
2.1.	Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica .....	155
2.2.	Início da Personalidade .....	155
2.3.	Incapacidades e Emancipação .....	156
2.4.	Direitos da Personalidade .....	158
2.5.	Extinção da Pessoa Natural.....	160
3.	Pessoa Jurídica.....	161
3.1.	Personalidade Jurídica .....	161
3.2.	Desconsideração e Extinção da Personalidade.....	161
4.	Bens .....	162
4.1.	Bens Considerados em si mesmos .....	162
4.1.1.	Imóveis x Móveis (arts. 79-84) .....	162
4.1.2.	Fungíveis x Infungíveis (art. 85) .....	163
4.1.3.	Consumíveis x Inconsumíveis (art. 86) .....	163
4.1.4.	Divisíveis x Indivisíveis (arts. 87-88).....	163
4.1.5.	Singulares x Universalidades (arts. 89-91).....	164
4.2.	Bens Reciprocamente Considerados .....	164
5.	Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: Formação, Validade, Eficácia e Elementos.....	165
5.1.	Teoria Geral dos Fatos Jurídicos – Atos Lícitos e Ilícitos .....	165
5.2.	Negócio Jurídico.....	166
5.2.1.	Formação .....	166

5.2.2.	Planos da Existência (elementos essenciais), Validade e Eficácia (elementos acidentais) .....	166
5.2.3.	Defeitos e Invalidades (Plano da Validade) .....	168
6.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	172
7.	Teoria Geral das Obrigações .....	173
7.1.	Modalidades .....	173
7.2.	Transmissão .....	177
7.2.2.	Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas .....	177
7.3.	Adimplemento das Obrigações .....	178
7.4.	Inadimplemento das Obrigações .....	180
8.	Atos Unilaterais .....	182
8.1.	Promessa de Recompensa .....	182
8.2.	Gestão de Negócios .....	182
8.3.	Pagamento Indevido .....	183
8.4.	Enriquecimento sem causa .....	184
9.	Teoria do Contrato .....	185
9.1.	Princípios .....	185
9.2.	Formação .....	187
9.3.	Classificação .....	188
9.4.	Garantias Legais em face de Vícios Redibitórios e Evicção .....	190
9.4.1.	Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios .....	190
9.4.2.	Proteção do Adquirente em face de Evicção .....	191
9.5.	Extinção .....	192
10.	Contratos em Espécie .....	193
10.1.	Compra e Venda .....	194
10.2.	Troca ou Permuta .....	194
10.3.	Contrato Estimatório .....	194
10.4.	Doação .....	195
10.5.	Locação de Coisas .....	195
10.6.	Comodato .....	196
10.7.	Mútuo .....	196
10.8.	Prestação de Serviço .....	196
10.9.	Empreitada .....	197
10.10.	Depósito .....	197
10.11.	Mandato .....	197
10.12.	Comissão .....	198
10.14.	Corretagem .....	198
10.15.	Transporte .....	198
10.16.	Seguro .....	199
10.17.	Constituição de Renda .....	199
10.18.	Jogo e da Aposta .....	199
10.19.	Fiança .....	200
11.	Teoria da Responsabilidade Civil .....	201
11.1.	Fundamentos da Responsabilidade Civil .....	201
11.2.	Elementos ou Pressupostos da Responsabilidade Civil .....	202

11.3.	Excludentes da Responsabilidade Civil .....	203
11.4.	Transmissibilidade da Responsabilidade Civil .....	203
12.	Modalidades de Responsabilidade Civil e Reparação .....	203
12.1.	Responsabilidade Contratual x Aquiliana .....	203
12.2.	Responsabilidade Objetiva x Subjetiva .....	204
12.3.	Responsabilidade Civil na Obrigação de Meio e de Resultado .....	204
12.4.	Responsabilidade Solidária x Subsidiária .....	204
12.5.	Reparação Civil: Restituição Integral e Exceções .....	204
12.6.	Responsabilidade Civil do Incapaz .....	205
12.7.	Responsabilidade Civil Por Fato de Outrem, Indireta ou Complexa (arts. 932-934, do CC/02) .....	206
12.8.	Responsabilidade Civil por Fato da Coisa .....	208
12.9.	Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas .....	208
12.10.	Responsabilidade Civil por Crime .....	209
13.	Posse .....	212
13.1.	Natureza .....	212
13.2.	Teorias .....	212
13.3.	Posse x Detenção .....	213
13.4.	Aquisição .....	214
13.5.	Classificação .....	214
13.6.	Efeitos .....	215
13.7.	Perda .....	215
14.	Direitos Reais .....	216
14.1.	Propriedade .....	217
14.2.	Direitos Reais na Coisa Alheia .....	223
14.8.	Direitos Reais de Garantia .....	224
14.9.	Direito Real de Laje .....	227
15.	Casamento, União Estável e Monoparentalidade .....	228
15.1.	Relações Familiares: Casamento, União Estável e Família Monoparental .....	228
15.2.	Casamento .....	229
15.3.	União Estável .....	233
16.	Dissolução do Casamento e da União Estável .....	234
16.1.	Procedimento Judicial: Emenda n. 66/2010 .....	234
16.2.	Procedimento Extrajudicial .....	235
17.	Parentesco .....	235
17.1.	Graus de Parentesco .....	235
17.1.	Perfilhação .....	236
18.	Poder Familiar .....	236
18.1.	Poder Familiar .....	236
18.2.	Proteção dos Filhos e Guarda .....	236
19.	Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares .....	237
19.	Direitos Patrimoniais nas relações familiares .....	237
19.1.	Pacto Antenupcial no Casamento e na União Estável .....	237
19.2.	Outorga Uxória .....	238
19.3.	Regime da Comunhão Parcial .....	240

19.4.	Regime da Comunhão Universal .....	240
19.5.	Regime da Separação de Bens Obrigatória ou Legal .....	241
19.6.	Regime da Separação Convencional ou Absoluta .....	242
19.7.	Regime da Participação Final nos Aquestos .....	242
19.8.	Usufruto e Administração dos bens dos filhos menores .....	242
19.9.	Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada .....	243
20.	Alimentos .....	244
21.	Sucessão legítima .....	245
21.	Sucessão legítima .....	245
21.1.	Disposições Gerais .....	245
21.2.	Legitimidade .....	246
21.3.	Aceitação e Renúncia da Herança .....	246
21.4.	Exclusão e Deserdação .....	248
21.5.	Ordem de Vocação Hereditária. ....	248
22.	Sucessão testamentária e disposições de última vontade .....	251
22.1.	Disposições Gerais .....	251
22.2.	Espécies de Testamentos, Codicilos e Legados .....	252
22.3.	Redução, Revogação e Rompimento .....	252
	Referências Bibliográficas .....	253

## ■ DIREITO EMPRESARIAL E CONSUMIDOR

*Estefânia Rossignoli*

1.	Empresa .....	258
2.	Empresário .....	260
2.1.	Requisitos .....	261
2.2.	Pequeno empresário .....	261
3.	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada .....	262
4.	Nome Empresarial .....	262
5.	Estabelecimento Empresarial .....	263
6.	Obrigações empresariais .....	264
6.1.	Registro empresarial .....	264
6.2.	Escrituração contábil .....	266
6.3.	Prepostos .....	267
7.	Propriedade Industrial .....	268
7.1.	Condições de patenteabilidade .....	268
7.2.	Marca .....	268
7.3.	Licença compulsória .....	269
7.4.	Desenho industrial .....	269
8.	Das sociedades .....	270
9.	Sociedades não personificadas .....	272
9.1.	Sociedade em Comum .....	272
9.2.	Sociedade em conta de participação .....	272
10.	Sociedade Simples .....	273
11.	Sociedade Limitada .....	275

11.1.	Responsabilidade dos sócios .....	275
11.2.	Cessão de quotas .....	275
11.3.	Administração .....	276
11.4.	Exclusão de sócio .....	276
11.5.	Capital Social.....	276
11.6.	Deliberação de sócios.....	276
12.	Sociedade Anônima .....	276
12.1.	Mercado de capitais .....	277
12.2.	Direitos dos acionistas.....	277
12.3.	Valores mobiliários .....	277
12.4.	Ações .....	277
12.5.	Órgãos Societários .....	278
12.5.1.	Diretoria.....	278
12.5.2.	Assembleia Geral.....	278
13.	Demais Tipos Societários .....	279
13.1.	Sociedade em nome coletivo .....	279
13.2.	Sociedade em comandita simples .....	279
13.3.	Sociedade cooperativa.....	279
14.	Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	279
15.	Operações Societárias.....	281
15.1.	Transformação.....	281
15.2.	Fusão.....	282
15.3.	Incorporação.....	283
15.4.	Cisão.....	283
16.	Falência e Recuperação de Empresas.....	284
16.1.	Suspensão das ações .....	284
16.2.	Administrador Judicial .....	284
16.3.	Falência .....	284
16.3.1.	Atos de falência .....	284
16.3.2.	Sentença de falência.....	285
16.3.3.	Ineficácia e revogação.....	285
16.3.4.	Pagamento dos credores .....	285
16.4.	Recuperação Judicial .....	286
16.4.1.	Legitimados .....	286
16.4.2.	Meios de recuperação e plano de recuperação.....	286
16.4.3.	Processamento da recuperação judicial.....	287
16.4.4.	Convolação em falência.....	287
16.5.	Recuperação extrajudicial.....	288
16.6.	Intervenção e liquidação de instituições financeiras .....	288
17.	Títulos de crédito.....	289
17.1.	Endosso.....	289
17.2.	Aval.....	290
17.3.	Aceite.....	290
17.4.	Protesto.....	290
17.5.	Títulos em espécie .....	291



18. Contratos Empresariais.....	291
19. Direito do Consumidor .....	295
19.1. Direitos básicos e princípios.....	295
19.2. Responsabilidade do fornecedor .....	295
19.3. Práticas comerciais.....	295
19.4. Desconsideração da personalidade jurídica .....	296

## ■ DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Luciano Alves Rossato*

1. Lei nº 13.105 - O Novo Código de Processo Civil.....	299
2. Normas Processuais Cíveis.....	299
2.1. Amplitude das Normas Fundamentais.....	299
2.2. O Princípio do devido processo legal como princípio nuclear.....	300
2.3. Regra jurídica da iniciativa da parte e do impulso oficial.....	300
2.4. Princípio do acesso à justiça ou inafastabilidade do controle jurisdicional.....	301
2.5. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	302
2.6. Princípio da duração razoável do processo .....	303
2.7. Princípio da boa-fé processual .....	303
2.8. Princípio da cooperação processual.....	304
2.9. Princípio da isonomia .....	304
2.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	305
2.11. Princípio do contraditório dinâmico .....	305
2.12. Princípio da fundamentação analítica.....	306
2.13. Atendimento preferencial da ordem cronológica.....	306
2.14. Princípio da autonomia de vontade das partes e do dispositivo em sentido processual .....	306
2.15. Princípios regentes da aplicação do ordenamento jurídico.....	308
2.16. Garantias constitucionais do processo.....	308
2.17. A norma processual: interpretação e aplicação .....	308
2.17.1. Definição de Lei Processual Civil. ....	308
2.17.2. Interpretação da norma processual. ....	308
2.17.3. Norma processual: aplicação.....	308
2.17.4. Direito processual intertemporal. Critérios. ....	309
3. Jurisdição.....	309
3.1. Conceito .....	309
3.2. Características.....	310
3.3. Natureza jurídica .....	310
3.4. Princípios.....	311
3.5. Organização judiciária.....	311
3.6. Distinção em relação às demais funções do Estado.....	311
3.7. Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional.....	311
3.8. Critérios determinativos da competência.....	312
3.9. Competência absoluta e relativa .....	314
3.10. Modificação da competência.....	314
3.11. Incompetência .....	315

3.12.	Conflito de competência .....	316
3.13.	Cooperação nacional .....	317
4.	Ação .....	317
4.1.	Conceito, natureza e características .....	317
4.2.	Condições da ação .....	317
4.3.	Classificação .....	319
5.	Pressupostos processuais .....	319
6.	Preclusão .....	320
7.	Sujeitos do processo .....	321
7.1.	Capacidade processual e postulatória .....	321
7.2.	Deveres das partes e dos procuradores .....	321
7.3.	Procuradores .....	322
7.4.	Sucessão das Partes e dos Procuradores .....	323
8.	Litisconsórcio .....	324
9.	Da intervenção de terceiros .....	326
9.1.	Assistência .....	326
9.1.1.	Definição .....	326
9.1.2.	Modalidades de assistência .....	326
9.1.3.	Procedimento de ingresso do assistente .....	327
9.1.4.	Requerimento de assistência formulado pela União .....	327
9.2.	Denúnciação da lide .....	327
9.2.1.	Definição .....	327
9.2.2.	A provocação da denúnciação da lide .....	328
9.2.3.	Cabimento da Denúnciação da Lide .....	328
9.2.4.	Cumprimento da obrigação de pagar exigido diretamente pelo autor em face do denunciado .....	329
9.2.5.	Vedação da Denúnciação da Lide no Código de Defesa do Consumidor ligada à indenização por fato do produto .....	330
9.3.	Chamamento ao processo .....	330
9.3.1.	Definição .....	330
9.3.2.	Da admissibilidade do Chamamento ao Processo .....	331
9.3.3.	Da sentença de procedência .....	331
9.3.4.	Chamamento ao processo e o Código de Defesa do Consumidor .....	331
9.4.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	331
9.4.1.	Definição .....	331
9.4.2.	Descon sideração requerida na própria inicial .....	332
9.4.3.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente .....	332
9.4.4.	Admissibilidade do incidente .....	332
9.4.5.	Procedimento .....	332
9.5.	<i>Amicus Curiae</i> .....	333
9.5.1.	Definição .....	333
9.5.2.	Limitação à legitimação recursal do <i>Amicus Curiae</i> .....	333
9.6.	Outras intervenções .....	333
10.	Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz .....	333
10.1.	Poderes do juiz .....	333

10.2.	Responsabilidade civil do juiz .....	334
10.3.	Impedimento e suspeição .....	334
10.4.	Pronunciamentos do juiz .....	334
10.4.1.	Das Sentenças .....	334
10.4.2.	Decisões interlocutórias .....	335
10.4.3.	Os despachos .....	335
10.4.4.	Decisões Monocráticas e Acórdãos .....	335
11.	Ministério Público.....	335
11.1.	Perfil Constitucional .....	335
11.2.	Intervenção como parte .....	336
11.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica .....	336
11.4.	Poderes investigatórios.....	336
11.5.	Responsabilidades.....	337
11.6.	Impedimentos e suspeição.....	337
12.	Advocacia pública .....	337
12.1.	Advocacia Pública .....	337
12.2.	Regime processual.....	337
13.	Defensoria Pública. Regime Processual .....	338
13.1.	Papel da Defensoria Pública.....	338
13.2.	Regime processual.....	338
14.	Atos processuais .....	338
14.1.	Forma dos atos.....	338
14.2.	Tempo e lugar.....	339
14.3.	Prazos.....	339
14.4.	Comunicação dos atos processuais.....	340
14.5.	Nulidades .....	341
14.6.	Distribuição e Registro .....	342
14.7.	Valor da causa.....	342
15.	Tutela Provisória.....	343
15.1.	Considerações gerais .....	343
15.2.	Da Tutela de Urgência.....	344
15.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente .....	345
15.4.	Tutela Cautelar antecedente .....	346
15.5.	Tutela da Evidência.....	347
15.6.	Estabilização da tutela antecipada .....	348
16.	Formação, suspensão e extinção do processo.....	348
16.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	348
16.2.	A Propositura da Ação .....	349
16.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	349
16.4.	Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento) .....	349
16.5.	Da Suspensão do Processo .....	350
16.6.	Extinção do Processo .....	354
17.	Procedimento comum.....	354
17.1.	Procedimento comum.....	354

17.2.	Disposições Gerais .....	355
17.3.	Petição inicial .....	355
17.4.	Da Improcedência Liminar do Pedido .....	357
17.5.	Audiência de conciliação e mediação .....	358
17.6.	Contestação, Reconvenção e Revelia.....	358
17.6.1.	Contestação .....	358
17.6.2.	Reconvenção .....	361
17.6.3.	Revelia .....	363
17.7.	Audiência de instrução e julgamento.....	364
17.8.	Providências preliminares e de saneamento .....	365
17.9.	Julgamento conforme o estado do processo .....	366
17.10.	Provas .....	367
17.10.1.	Objeto, fonte e meios .....	367
17.10.2.	Prova atípica e prova ilícita .....	367
17.10.3.	Ônus da prova .....	367
17.10.4.	Antecipação da prova .....	368
17.10.5.	Provas em espécie e sua produção .....	368
17.11.	Sentença e Coisa julgada.....	371
17.11.1.	Sentença.....	371
17.11.2.	Coisa julgada .....	374
17.12.	Cumprimento de sentença.....	377
17.13.	Procedimentos Especiais .....	380
17.13.1.	Ações Possessórias .....	380
17.13.2.	Inventário e partilha.....	383
17.13.3.	Embargos de terceiro .....	384
17.13.4.	Habilitação .....	386
17.13.5.	Ações de família .....	387
17.13.6.	Ação monitória .....	388
18.	Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	390
18.1.	Natureza Jurídica .....	390
18.2.	Ações processadas de acordo com as regras do Procedimento de Jurisdição Voluntária.....	390
18.3.	Notificação, Interpelação e do Protesto.....	391
18.4.	Alienação Judicial.....	391
18.5.	Separação, divórcio e alteração de regime de bens .....	391
18.6.	Testamentos e dos codicilos .....	392
18.7.	Herança jacente .....	392
18.8.	Bens dos ausentes.....	393
18.9.	Das coisas vagas .....	393
18.10.	Da interdição.....	393
18.11.	Disposições comuns à Tutela e à Curatela.....	395
18.12.	Organização e da fiscalização das fundações.....	395
19.	Processo de Execução .....	395
19.1.	Execução em geral .....	395
19.2.	Partes .....	396

19.3.	Competência.....	396
19.4.	Requisitos.....	396
19.5.	Formação, Suspensão e Extinção da Execução. ....	396
19.6.	Responsabilidade patrimonial .....	397
19.7.	Fraudes.....	398
19.8.	Execução para entrega de coisa, de fazer ou de não fazer.....	399
19.9.	Execução por quantia certa.....	399
19.10.	Execução de alimentos.....	405
19.11.	Execução contra a Fazenda Pública.....	406
20.	Processos nos Tribunais e meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....	406
20.1.	Disposições gerais.....	406
20.2.	Dever de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais .....	407
20.3.	Conceito de precedente .....	408
20.4.	Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante .....	408
20.5.	Os precedentes no CPC de 2015.....	409
20.6.	Recursos.....	414
20.6.1.	Disposições gerais .....	414
20.6.2.	Apelação .....	418
20.6.3.	Agravo de instrumento.....	419
20.6.4.	Embargos de declaração.....	419
20.6.5.	Agravo interno .....	419
20.6.6.	Recursos extraordinário e especial.....	420
20.6.7.	Embargos de divergência .....	421
20.6.8.	Recurso Ordinário Constitucional .....	421
21.	Livro Complementar.....	422
22.	Disposições Finais e Transitórias .....	422
23.	Mandado de Segurança Individual e Coletivo.....	422
23.1.	Prazo Decadencial.....	422
23.2.	Legitimidade Ativa.....	422
23.3.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	422
23.4.	Vedação da utilização do mandado de segurança .....	423
23.5.	Mandado de Segurança Coletivo .....	423
23.6.	Defesa Oral do Pedido de Liminar.....	423
24.	Ação Popular .....	423
24.1.	Definição .....	423
24.2.	Legitimação para a propositura da ação popular .....	424
24.3.	Polo passivo.....	424
25.	Ação Civil Pública.....	424
25.1.	Do Direito Processual Coletivo.....	424
25.2.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	425
25.3.	Direitos essencialmente e acidentalmente coletivos.....	426
25.4.	Ação Civil Pública .....	426
26.	Ação de Improbidade Administrativa .....	427
26.1.	Legitimidade.....	427

26.2. Procedimento de Improbidade Administrativa .....	427
26.3. Sequestro e Arresto de Bens .....	427
26.4. Afastamento Provisório.....	427
26.5. Indisponibilidade de Bens .....	428
27. Reclamação Constitucional.....	428
28. Lei nº 8.245/1991 e suas alterações. Procedimentos .....	428
28.1. Disposições gerais.....	428
28.2. Ações de Despejo.....	429
28.3. Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação .....	430
28.4. Da Ação Revisional de Aluguel.....	430
28.5. Ação Renovatória .....	431

## ■ DIREITO CONSTITUCIONAL

*Paulo Lépore*

1. Constituição: Conceito, Classificação e Elementos.....	435
2. Aplicabilidade e Eficácia das Normas Constitucionais.....	438
3. História das Constituições Brasileiras .....	439
4. Neoconstitucionalismo .....	440
5. Do Poder Constituinte: Originário, Derivado e Decorrente.....	440
6. Da Interpretação do Texto da Norma Constitucional .....	441
7. Controle de Constitucionalidade.....	444
8. Preâmbulo Constitucional .....	459
9. Dos Princípios Fundamentais.....	459
10. Dos Direitos e Garantias Fundamentais .....	461
11. Tutela Constitucional das Liberdades .....	473
12. Direitos Sociais.....	481
13. Direitos de Nacionalidade .....	484
14. Direitos Políticos.....	486
15. Divisão Espacial do Poder. Organização do Estado .....	490
16. Da Intervenção .....	491
17. Administração Pública .....	491
18. Organização dos Poderes .....	497
19. Da Tributação e do Orçamento: Sistema Tributário Nacional. ....	519
20. Sistema Orçamentário e Finanças Públicas.....	522
21. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas .....	522
22. Ordem Econômica e Financeira. ....	525
23. Ordem Social .....	527
24. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	533

## ■ DIREITO DO TRABALHO

*Henrique Correia*

1. Dos Princípios e Fontes do Direito do Trabalho.....	540
1.1. Princípios do Direito do Trabalho.....	540

1.2.	Fontes.....	543
1.3.	Integração.....	545
1.4.	Flexibilização.....	546
2.	Direitos Constitucionais dos Trabalhadores.....	547
3.	Sujeitos do Contrato de Trabalho.....	551
3.1.	Empregado.....	551
3.1.1.	Empregado Hipersuficiente.....	553
3.2.	Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	554
3.3.	Empregado rural (Lei nº 5.889/73).....	555
3.3.1.	Peculiaridades dos Empregados Rurais.....	556
3.3.2.	Contrato Temporário Rural (Art. 14-a da Lei nº 5.889/73).....	557
3.4.	Trabalho doméstico.....	558
3.5.	Contratos de trabalho especiais.....	564
3.5.1.	Bancário.....	564
3.5.2.	Motorista profissional.....	565
3.5.3.	Professor.....	566
3.5.4.	Serviços em frigoríficos.....	568
3.5.6.	Trabalho em minas de subsolo.....	568
4.	Empregador.....	569
4.1.	Grupo econômico.....	569
4.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária.....	570
4.2.	Sucessão de Empregadores.....	570
4.3.	Poderes do Empregador.....	573
4.3.1.	Poder de Organização.....	573
4.3.2.	Poder de controle.....	574
4.3.3.	Poder disciplinar.....	574
5.	Relações de Trabalho Lato Sensu.....	575
6.	Proteção do Trabalho do Adolescente.....	576
6.1.	Salário do adolescente.....	578
6.2.	Das Férias do Empregado Adolescente.....	578
6.2.1.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)-.....	579
6.3.	Aprendiz.....	580
7.	Proteção do Trabalho da Mulher.....	582
7.1.	Licença-maternidade.....	584
7.2.	Estabilidade da gestante.....	585
7.3.	Meio ambiente de trabalho.....	586
7.4.	Lei nº 9.029/1995.....	587
8.	Terceirização.....	588
8.1.	Generalidades.....	588
8.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa:.....	590
8.2.1.	Terceirização na Súmula nº 331 do TST.....	590
8.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	590
8.2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	591
8.3.	Quarteirização.....	591

8.4.	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	592
8.5.	Requisitos do contrato de terceirização.....	592
8.6.	Responsabilidade da tomadora.....	593
8.7.	Direitos dos terceirizados.....	593
8.8.	Condições de trabalho.....	594
8.8.1.	Súmula nº 331 do TST.....	594
8.8.2.	Lei nº 13.429/2017.....	594
8.8.3.	Regulamentação pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).....	594
8.9.	Salário equivalente.....	595
8.9.1.	Súmula nº 331 do TST.....	595
8.9.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017.....	595
8.9.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	596
8.10.	Quarentena e Reforma Trabalhista.....	596
8.10.1.	Súmula nº 331 do TST.....	596
8.10.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	596
8.10.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	597
8.11.	Período de quarentena do empregado terceirizado.....	597
8.11.1.	Súmula nº 331 do TST.....	597
8.11.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	597
8.11.3.	Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	597
8.12.	Inaplicabilidade da legislação às empresas de vigilância e transporte de valores.....	598
8.13.	Consequências da Lei nº 13.429/2017 para a Administração Pública:.....	598
8.14.	Dono da obra.....	600
8.15.	Trabalho temporário.....	600
9.	Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho.....	603
9.1.	Relação de trabalho x Relação de emprego.....	603
9.2.	Contrato de trabalho.....	604
9.3.	Características do contrato de trabalho.....	604
9.4.	Classificação dos contratos de trabalho.....	605
9.5.	Contrato para prestação de trabalho intermitente.....	606
9.6.	Alteração do Contrato Individual de Trabalho.....	607
9.7.	Transferência de local de trabalho.....	610
9.8.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	612
9.9.	Efeitos do Contrato de Trabalho.....	613
9.9.1.	Dano material e moral.....	614
10.	Duração do Trabalho e Jornada de Trabalho.....	616
10.1.	Horas In Itinere.....	621
10.2.	Trabalho noturno.....	621
10.3.	Trabalho extraordinário.....	622
10.4.	Compensação.....	623
10.5.	Períodos de descanso.....	625
10.5.1.	Intervalos.....	625



10.6.	Descanso semanal remunerado (DSR) .....	628
10.7.	Férias.....	628
10.7.1.	Direitos às férias e sua duração.....	629
10.7.2.	Concessão e época das férias .....	629
10.7.3.	Remuneração das férias.....	630
10.7.4.	Abono pecuniário de férias .....	630
10.7.5.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcio- nais .....	631
10.7.6.	Férias coletivas.....	632
11.	Salário e Remuneração .....	632
11.1.	Salário mínimo .....	634
11.2.	Modalidades de salário .....	635
11.3.	Parcelas Salariais (composição do salário) .....	636
11.4.	Gratificações.....	637
11.5.	Décimo terceiro salário .....	638
11.6.	Adicionais salariais.....	639
11.6.1.	Adicional de Hora Extraordinário.....	639
11.6.2.	Adicional noturno.....	639
11.6.3.	Adicional de transferência.....	640
11.6.4.	Adicional de periculosidade .....	640
11.6.5.	Adicional de insalubridade.....	644
11.7.	Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias) .....	646
11.7.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR.....	646
11.7.2.	Ajuda de custo .....	646
11.7.3.	Diárias para viagem.....	647
11.7.4.	Vale-transporte.....	647
11.7.5.	Auxílio-alimentação.....	647
11.7.6.	Prêmios.....	647
11.7.7.	Abonos.....	648
11.7.8.	Salário-família:.....	648
11.7.9.	Salário-educação:.....	648
11.7.10.	PIS/PASEP .....	649
11.8.	Salário-utilidade ou salário in natura.....	649
11.9.	Formas e meios de pagamento do salário .....	651
11.10.	Equiparação salarial.....	651
11.11.	Desvio e acúmulo de função.....	655
12.	Aviso-prévio.....	655
13.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.....	657
13.1.	Hipóteses de saque dos depósitos .....	658
14.	Estabilidade .....	659
14.1.	Dirigente sindical .....	659
14.3.	Empregado acidentado .....	660
14.4.	Empregado público.....	661
14.5.	Estabilidade gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017).....	661

14.6.	Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	662
14.7.	Despedida e reintegração do empregado estável.....	662
15.	Término do Contrato de Trabalho.....	663
15.1.	Dispensa sem justa causa ou arbitrária.....	664
15.2.	Motivação da dispensa e Convenção nº 158 da OIT.....	664
15.3.	Pedido de demissão.....	665
15.4.	Distrato (Reforma Trabalhista).....	665
15.5.	Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca.....	666
15.6.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	668
15.6.1.	Término do contrato por prazo determinado.....	668
15.6.2.	Força maior.....	669
15.6.3.	Morte do empregador.....	670
15.6.4.	Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento).....	670
15.5.5.	Morte do empresário individual.....	670
15.6.6.	Aposentadoria.....	671
15.6.7.	Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	671
15.7.	Dispensa coletiva.....	671
15.8.	Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	672
16.	Prescrição e Decadência.....	674
17.	Segurança e Medicina do Trabalho (Meio Ambiente de Trabalho).....	678
17.1.	Deveres do empregador.....	678
17.2.	Deveres do empregado.....	679
17.3.	Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho.....	679
17.4.	Interdição ou embargo e inspeção prévia.....	680
17.5.	Acidente de trabalho.....	680
17.6.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	683
17.7.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	683
18.	Direito Coletivo.....	683
18.1.	Liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT).....	684
18.2.	Organização sindical brasileira.....	684
18.2.1.	Contribuições devidas ao sindicato.....	686
18.2.2.	Associações sindicais de grau superior.....	688
18.3.	Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho).....	689
18.4.	Greve.....	692
18.4.1.	Greve em serviços essenciais.....	693
18.4.2.	Greve no serviço público.....	694
19.	Comissão de Conciliação Prévia.....	694
20.	Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista).....	696
21.	Renúncia e Transação.....	698
22.	Direitos Difusos e Coletivos.....	701

## ■ DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

*Élisson Miessa*

1. Princípios, fontes, autonomia, interpretação, integração e eficácia.....	723
1.1. Princípios do Processo do Trabalho.....	723
1.2. Integração.....	724
1.3. Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	725
1.4. Interpretação.....	725
1.5. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço.....	726
1.5.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	726
2. Organização da Justiça do Trabalho: Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos.....	726
2.1. Serviços auxiliares da justiça do trabalho.....	727
2.1.1. Secretarias das varas do trabalho.....	727
2.1.2. Serviços de distribuição de feitos.....	728
2.1.3. Oficiais de Justiça Avaliadores.....	728
3. Ministério Público do Trabalho.....	729
3.1. Princípios.....	729
3.2. Organização.....	729
3.3. Atribuições do MPT.....	729
3.4. Inquérito Civil.....	730
4. Competência: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar.....	732
4.1. Critérios de competência.....	732
4.2. Diferenças entre a competência absoluta e a competência relativa.....	733
4.3. Competência material.....	733
4.4. Competência territorial.....	735
4.5. Conflito de competência.....	736
5. Partes e Procuradores no Processo do Trabalho.....	736
5.1. Partes.....	736
5.2. Representação.....	737
5.3. Substituição processual.....	738
5.4. Litisconsórcio.....	738
5.5. Jus Postulandi.....	739
5.6. Mandato tácito.....	739
5.7. Assistência judiciária e Benefício da Justiça gratuita.....	739
6. Atos Processuais, termos e prazos processuais.....	740
7. Nulidades Processuais.....	745
7.1. Princípios informadores das nulidades processuais.....	745
7.2. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	746
8. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo.....	746
8.1. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo.....	746
8.2. Procedimento Sumaríssimo.....	747
8.3. Petição inicial.....	748
8.4. Indeferimento da petição inicial.....	749
9. Audiências, Conciliação e Respostado Réu.....	749

9.1.	Audiências .....	749
9.2.	Conciliação .....	751
9.3.	Homologação de acordo extrajudicial .....	751
9.4.	Respostas do reclamado.....	751
10.	Provas.....	753
10.1.	Princípios da Prova .....	753
10.1.1.	Contraditório e Ampla Defesa.....	753
10.1.2.	Necessidade.....	753
10.1.3.	Oralidade.....	753
10.1.4.	Imediação .....	753
10.1.5.	Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	754
10.2.	Ônus da Prova.....	754
10.3.	Meios de prova.....	755
10.3.1.	Interrogatório e depoimento pessoal: .....	755
10.3.1.1.	Confissão .....	755
10.3.2.	Prova documental.....	755
10.3.3.	Prova testemunhal .....	756
10.3.4.	Prova pericial .....	757
10.3.4.1.	Honorários periciais.....	757
10.3.5.	Inspeção Judicial.....	757
11.	Honorários Advocatícios e Responsabilidade por Dano Processual.....	758
11.1.	Honorários advocatícios .....	758
11.2.	Da responsabilidade por dano processual .....	759
12.	Sentença e Recursos.....	760
12.1.	Sentença .....	760
12.2.	Teoria Geral dos Recursos .....	761
12.2.1.	Tempestividade .....	762
12.2.2.	Custas e depósito recursal.....	762
12.2.3.	Efeito do recurso trabalhista.....	764
12.2.4.	Reexame necessário.....	764
12.2.5.	Juízo de retratação .....	765
12.3.	Recursos em Espécie.....	765
12.3.1.	Embargos de declaração.....	765
12.3.2.	Recurso ordinário.....	766
12.3.3.	Agravo de petição.....	767
12.3.4.	Agravo de instrumento.....	767
12.3.5.	Recurso adesivo.....	768
12.3.6.	Recurso de Revista.....	768
12.3.6.1.	Recurso de revista repetitivo .....	770
13.	Fase de Liquidação de Sentença e execução.....	772
13.1.	Liquidação de sentença .....	772
13.2.	Execução Trabalhista.....	772
13.2.1.	Execução definitiva e execução provisória .....	773
13.2.2.	Títulos extrajudiciais e judiciais .....	774
13.2.3.	Execução contra a massa falida e empresa em recuperação judicial..	774

13.2.4. Competência .....	775
13.2.5. Mandado de citação .....	775
13.2.6. Penhora .....	776
13.2.7. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	777
13.2.8. Responsabilidade do sócio retirante .....	778
14.1. Embargos à execução .....	779
14.2. Exceção de pré-executividade .....	779
14.3. Impugnação à decisão de liquidação .....	779
14.4. Embargos de terceiros.....	779
14.5. Fraude à execução .....	780
15. Remição, Adjudicação e Arrematação .....	780
15.1. Execução contra a Fazenda Pública.....	781
16. Execução das Contribuições Previdenciárias .....	782
17. Inquérito para Apuração de Falta Grave .....	782
18. Ações Cíveis Admissíveis no Processo Trabalhista .....	783
18.1. Ação de consignação em pagamento .....	783
18.2. Ação de prestação de contas .....	784
18.3. Mandado de Segurança.....	785
18.4. Ação monitória.....	786
18.6. Ação de exibição de documentos.....	787
18.7. Produção antecipada de provas .....	789
19.1. Ação anulatória .....	789
19.2. Mediação, arbitragem e modos alternativos de solução de conflitos .....	789
19.2.1. Formas de solução de conflitos .....	789
19.2.1.1. Métodos extrajudiciais de composição de conflitos trabalhistas.....	789
20. Ação Civil Pública.....	790
20.1. Cabimento .....	790
20.2. Interesses ou Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos .....	791
20.3. Competência.....	791
20.4. Legitimidade.....	792
20.5. Sentença.....	792
20.6. Coisa Julgada .....	793
21. Dissídio Coletivo .....	793
21.1. Ação de Cumprimento .....	794
21.2. Ação Rescisória.....	795
23. Das Tutelas de Urgência, de Evidência e Provisória .....	797
23.1. Estabilização da tutela antecipada .....	798
24. Processo Judicial Eletrônico .....	798
25. Artigos alterados pela Reforma Trabalhista .....	801
■ <b>DIREITO PENAL</b>	
<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
1. História do Direito Penal .....	809

2. Criminologia.....	809
3. Política Criminal .....	810
4. Princípios Penais e Constitucionais.....	810
5. Interpretação e Integração da Lei Penal.....	811
5.1. Analogia.....	812
6. Normal Penal. Classificação e Espécie das Infrações Penais. Concurso Aparente de Normas .....	812
6.1. Conflito aparente de normas penais.....	814
7. Aplicação da Lei Penal .....	814
7.1. A lei penal no tempo e no espaço.....	814
7.2. Tempo e lugar do crime.....	815
7.3. Lei penal excepcional, especial e temporária .....	815
7.4. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal .....	815
7.5. Pena cumprida no estrangeiro.....	816
7.6. Eficácia da sentença estrangeira.....	816
7.7. Contagem de prazo .....	816
7.8. Frações não computáveis da pena .....	817
7.9. Irretroatividade da lei penal .....	817
8. Teoria do Delito .....	817
8.1. Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos .....	819
8.1.1. Conduta.....	819
8.1.2. Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.....	821
8.1.3. Tipicidade .....	823
8.2. Antijuricidade .....	823
8.3. Culpabilidade.....	825
8.4. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	826
8.5. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível .....	826
9. Erro.....	827
10. Do Concurso de Pessoas .....	828
10.1. Penas.....	829
11. Efeitos da Condenação .....	834
12. Reabilitação .....	835
13. Medidas de Segurança e Execução das Medidas de Segurança .....	835
14. Ação penal.....	836
15. Causas de Extintivas de Punibilidade.....	836
16. Crimes em espécie .....	840
16.1. Crimes contra a pessoa .....	840
16.2. Dos crimes contra o patrimônio .....	850
16.3. Crimes contra a propriedade imaterial.....	858
16.4. Crimes contra a organização do trabalho .....	858
16.5. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.....	860
16.6. Crimes contra a dignidade sexual .....	861
16.6.1. Novidades trazidas pela Lei nº 13.718/2018.....	862

16.7. Crimes contra a família.....	864
16.8. Crimes contra a incolumidade pública.....	864
16.9. Crimes contra a paz pública .....	864
16.10. Dos crimes contra a fé pública .....	865
16.11. Dos crimes contra a administração pública.....	870
17. Lei de Execução Penal.....	885
18. Legislação Penal Extravagante .....	888

## ■ DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Danilo da Cunha Sousa*

1. Princípios Constitucionais e Processuais Penais.....	903
2. Sistemas Processuais Penais .....	905
3. Aplicação da Lei Processual .....	905
3.1. Interpretação e integração da norma processual penal .....	906
4. Imunidades Processuais Penais .....	906
5. Inquérito Policial .....	907
6. Ação Penal e suas Espécies .....	909
6.1. Denúncia, Queixa-crime e Representação.....	912
7. Ação Civil ex delicto .....	913
8. Jurisdição e Competência e foro por Prerrogativa de Função .....	914
9. Questões e Processos Incidentes.....	917
10. Direito Probatório.....	918
10.1. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica) .....	921
11. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da justiça.....	921
12. Atos de Comunicação no Processo – Das Citações e Intimações.....	923
13. Atos Processuais e Atos Judiciais .....	925
14. Da Prisão e demais Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória .....	929
14.1. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária) .....	932
15. Dos Processos em Espécie. Procedimentos do CPP. Procedimentos Especiais na Legislação Extravagante.....	932
15.1. Processo comum .....	932
15.2. Processos especiais.....	933
15.3. Lei nº 8.038/1990 - normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) .....	935
15.4. Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais criminais) .....	935
16. Nulidades.....	938
17. Recursos em Geral.....	938
18. Ações Autônomas de Impugnação.....	941
19. Disposições Gerais do Código de Processo Penal.....	943
20. Procedimentos da Ação Penal. Graça, Anistia e Indulto .....	944
21. Legislação Processual Penal Extravagante .....	945

## ■ DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

*Alan Martins e Dimas Yamada Scardoelli*

1. Fontes do Direito Tributário .....	951
1.1. Constituição da República .....	952
1.2. Lei Complementar .....	952
1.3. Lei ordinária.....	953
1.4. Tratados e Convenções Internacionais.....	954
1.5. Decretos.....	955
1.6. Atos normativos administrativos.....	955
1.7. Decisões normativas .....	956
1.8. Práticas reiteradas .....	956
1.9. Convênios .....	956
2. Princípios Tributários .....	957
2.1. Princípio da legalidade tributária .....	957
2.2. Princípio da anterioridade tributária (anual e nonagesimal) .....	958
2.3. Princípio do non olet .....	958
2.4. Princípio da capacidade contributiva .....	959
2.5. Princípio da isonomia .....	959
2.6. Princípio da irretroatividade tributária .....	959
2.7. Princípio da vedação ao confisco .....	960
2.8. Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio. ....	960
3. Limitações ao Poder de Tributar.....	961
4. Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Lei Tributária .....	962
4.1. Vigência .....	962
4.2. Aplicação .....	962
4.3. Interpretação .....	962
4.4. Integração da lei tributária .....	963
5. Tributo (definição e classificação).....	963
5.1. Impostos.....	966
5.2. Taxas.....	971
5.3. Contribuição de melhoria .....	973
5.4. Contribuições especiais .....	973
5.5. Empréstimos compulsórios .....	975
6. Competência Tributária.....	975
7. Benefícios Fiscais .....	978
7.1. Imunidade.....	978
7.1.1. Imunidade geral e recíproca .....	978
7.1.2. Imunidade dos templos religiosos .....	980
7.1.3. Imunidade não autoaplicável.....	981
7.1.4. Imunidade de imprensa .....	982
7.2. Isenção .....	985
7.3. Anistia .....	985
7.4. Remissão .....	985
7.5. Outros benefícios fiscais .....	986



8.	Distribuição das Receitas Tributárias.....	987
9.	Responsabilidade Tributária.....	988
9.1.	Responsabilidade e solidariedade.....	990
9.2.	Responsabilidade dos sucessores.....	991
9.3.	Responsabilidade de terceiros.....	992
9.4.	Responsabilidade por infrações.....	993
9.5.	Denúncia espontânea.....	994
10.	Obrigação Tributária.....	994
10.1.	Fato gerador e hipótese de incidência.....	995
10.2.	Sujeição ativa e passiva.....	1000
10.3.	Solidariedade.....	1000
10.4.	Capacidade tributária.....	1001
10.5.	Domicílio tributário.....	1001
11.	Crédito Tributário.....	1001
11.1.	Constituição do crédito Tributário (lançamento).....	1002
11.2.	Suspensão do crédito tributário.....	1004
11.3.	Extinção do crédito tributário.....	1005
11.4.	Exclusão do crédito tributário.....	1006
11.5.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	1007
12.	Prescrição e Decadência.....	1009
12.1.	Prescrição.....	1009
12.2.	Decadência.....	1009
13.	Administração Tributária.....	1010
13.1.	Fiscalização.....	1011
13.2.	Dívida ativa.....	1013
13.3.	Certidões negativas.....	1014
14.	Processo Administrativo Tributário.....	1015
14.1.	Estrutura do processo administrativo tributário.....	1016
14.2.	Contencioso administrativo.....	1017
14.3.	Processo de Consulta.....	1017
15.	Processo Judicial Tributário.....	1018
15.1.	Controle concentrado de constitucionalidade – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	1018
15.2.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.....	1020
15.3.	Ação anulatória de débito fiscal.....	1020
15.4.	Mandado de segurança.....	1021
15.5.	Ação de repetição de indébito.....	1023
15.6.	Ação de consignação em pagamento.....	1025
15.7.	Embargos à execução fiscal.....	1025
15.8.	Exceção de Pré-Executividade.....	1030
15.9.	Medida cautelar fiscal.....	1030
15.10.	Recursos.....	1033

## ■ DIREITOS HUMANOS

*Paulo Henrique Gonçalves Portela*

1. Direitos Humanos.....	1037
1.1. Direito internacional dos direitos humanos: noções gerais .....	1037
2. Universalismo e Relativismo Cultural .....	1041
3. Sistema Global de Direitos Humanos.....	1042
3.1. Declaração universal dos direitos humanos.....	1043
3.2. Carta internacional de direitos humanos .....	1044
3.3. Exemplos de normas de outros tratados de direitos humanos do sistema global .....	1046
4. Sistema interamericano .....	1048
4.1. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José).....	1049
4.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	1051
4.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	1053
5. Tratados de Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	1054

## ■ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

*Luciano Rossato e Paulo Lépure*

1. História da Proteção Jurídica e Social da Infância Brasileira: Evolução Histórica-sociológica da Infância e da Juventude: Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente; a Proteção da Infância no Brasil; Legislação; Constituição; Estatuto da Criança e do Adolescente ECA e suas alterações: normas de Interpretação do ECA; Normas Esparsas .....	1060
1.1. Fases tratamento legal da infância no Brasil .....	1060
1.2. A Constituição Federal .....	1061
1.2.1. Alteração de Paradigma .....	1061
1.2.2. Declaração de Direitos .....	1061
1.2.3. Criança, Adolescente e Jovem .....	1061
1.2.4. Prioridade absoluta.....	1063
1.2.5. Programas de Assistência Integral .....	1063
1.2.6. Direito à Proteção Especial .....	1063
1.2.7. Punição do abuso, violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.....	1065
1.2.8. O Procedimento de Adoção .....	1065
1.2.9. Equiparação dos filhos .....	1066
1.2.10. O Atendimento da Infância inserido na Assistência Social.....	1066
1.2.11. O art. 228 da Constituição Federal .....	1066
1.2.12. Aplicação excepcional do Estatuto àqueles que tiverem entre 18 – 21 anos. ....	1066
1.2.13. Ato Infracional .....	1067
1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1067
1.3.1. Estrutura do Estatuto (Lei n. 8.069/1990) .....	1067
1.3.2. Disposições Preliminares .....	1067
1.3.3. Lei nº 13.431/2017 .....	1067

2.	Direito da Criança e do Adolescente: Doutrinas Jurídicas de Proteção – Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral; Princípio da Prioridade Absoluta; Princípio do melhor Interesse para a Criança e o Adolescente.....	1068
2.1.	Doutrinas da situação irregular e da proteção integral.....	1068
2.2.	Princípios do Direito da Criança.....	1068
2.3.	Direito à Vida e à Saúde .....	1069
2.4.	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	1071
2.5.	Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer .....	1072
3.	Direito à profissionalização e à proteção do trabalho urbano e rural do adolescente	1073
3.1.	Trabalho Infantil.....	1073
3.2.	Aprendizagem .....	1073
3.3.	Competência para autorizar o trabalho artístico infantil.....	1074
3.4.	Das Atividades Voluntárias .....	1074
4.	Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Poder Familiar; Parentesco; Família Natural e Família Substituta; Família Substituta Nacional e Estrangeira; Espécies de Família Substituta e Regras Especiais; Guarda, Tutela e Adoção; Alternativas de Acolhimento Familiar.....	1074
4.1.	Família natural e família extensa .....	1074
4.2.	Perda do poder familiar .....	1075
4.3.	Família substituta: guarda, tutela, adoção .....	1075
4.3.1.	Observações gerais .....	1075
4.3.2.	Guarda .....	1075
4.3.3.	Tutela .....	1076
4.3.4.	Adoção.....	1076
4.4.	Da entrega voluntária da criança para adoção .....	1078
4.5.	Apadrinhamento .....	1078
4.6.	Acolhimento institucional.....	1078
4.7.	Acolhimento familiar .....	1079
5.	Autorização para Viagem.....	1079
6.	A Infância e a Adolescência no Contexto Internacional – Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e Principais Documentos Internacionais .....	1079
6.1.	Direitos Humanos .....	1079
6.2.	Sistema Global de Defesa dos Direitos Humanos .....	1079
6.3.	Grupos vulneráveis. Condição de pessoas em especial situação de vulnerabilidade.....	1080
6.4.	Principais documentos internacionais .....	1081
6.5.	Criança e Adolescente Migrante.....	1083
7.	Direito à Vida e à Proteção do Nascituro: Aspectos Constitucionais e Legais .....	1084
8.	Prevenção e Prevenção Especial Vinculadas a Informação, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos; Produtos e Serviços; Autorização para Viajar; Formas de controle; Ação Civil Pública.....	1084
8.1.	Prevenção e prevenção especial.....	1084
8.2.	Autorização para viajar.....	1084
8.3.	Do Direito à Publicidade Adequada .....	1085
9.	Política de Atendimento: Entidades de Atendimento; Fiscalização.....	1085

9.1.	A política de atendimento .....	1085
9.2.	Entidades de atendimento .....	1085
9.3.	Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes.....	1086
9.4.	Programa Criança Feliz.....	1087
9.5.	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PP-CAAM .....	1087
10.	Medidas de Proteção, Medidas Específicas de Proteção .....	1088
10.1.	Medidas de proteção .....	1088
10.2.	Medidas Protetivas de Acolhimento Institucional, Acolhimento Familiar e Inserção em Família Substituta .....	1089
11.	A Justiça da Infância e da Juventude: Aspectos Processuais e Procedimentos Especiais; Recursos .....	1089
11.1.	Competência da Vara da Infância e da Juventude .....	1089
11.2.	Competência territorial .....	1089
11.3.	Procedimentos .....	1090
11.4.	Dos Recursos.....	1094
12.	Acesso à Justiça na Defesa dos Interesses Individuais, Coletivos e Difusos .....	1094
13.	A atuação do Juiz da Infância e da Juventude.....	1094
14.	O Ministério Público: Atribuições; Ação Civil Pública; Termo de Ajustamento de Conduta; Apuração de Responsabilidades nas Entidades de Atendimento.....	1094
15.	Ato Infracional: Medidas Socioeducativas, Remissão; Direitos Individuais; Proteção judicial aos Interesses Individuais; Garantias Processuais .....	1095
15.1.	Inimputabilidade penal .....	1095
15.2.	Prática e conceito de ato infracional .....	1096
15.3.	Direitos individuais e garantias processuais.....	1096
15.4.	Medidas socioeducativas .....	1097
15.5.	Medidas que acarretam a restrição da liberdade .....	1098
15.6.	Representação, Ação socioeducativa e Remissão .....	1100
15.7.	Lei nº 12.594/2012 – Sinase e a execução de medidas socioeducativas.....	1102
15.7.1.	Sinase .....	1102
15.7.2.	Execução de medida socioeducativa.....	1104
16.	Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis; Alienação Parental .....	1105
16.1.	Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.....	1105
16.2.	Alienação parental (Lei nº 12.318/2010).....	1105
17.	Conselhos Tutelares; Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; Estrutura; Atribuições; Processo de Escolha; impedimentos; Competência .....	1106
17.1.	Conselhos Tutelares .....	1106
17.1.1.	Definição .....	1106
17.1.2.	Conselho Tutelar e lei municipal .....	1106
17.1.3.	Condições de elegibilidade e mandato do conselheiro .....	1107
17.1.4.	Outros direitos dos conselheiros.....	1107
17.1.5.	Das demais atribuições dos Conselhos .....	1107
17.2.	Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente .....	1108
17.2.1.	Conceito .....	1108
17.2.2.	Das atribuições dos Conselhos de Direitos .....	1109

17.2.3.	Dos princípios regedores dos Conselhos de Direitos .....	1109
17.2.4.	Do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	1109
17.2.5.	Dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente ..	1109
17.2.6.	Do fundo dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente ...	1110
18.	Responsabilidade Civil: Danos Causados por Crianças e Adolescentes .....	1111
19.	Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial; Aspectos Constitucionais e Legais .....	1111
19.1.	Infrações administrativas .....	1111
19.2.	Crimes tipificados no ECA .....	1111

## ■ DIREITO AMBIENTAL

*Frederico Amado*

## ■ DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

*Paulo Henrique Gonçalves Portela*

1.	Direito Internacional Público: Introdução .....	1127
2.	Fontes do Direito Internacional Público .....	1127
2.1.	Tratados .....	1128
2.2.	Outras fontes de Direito Internacional Público .....	1132
3.	Personalidade de Direito Internacional: os Sujeitos de Direito Internacional Público ..	1133
4.	O Estado .....	1135
4.1.	Reconhecimento de Estado e de governo .....	1135
4.2.	Imunidade de jurisdição .....	1136
4.3.	Órgãos do Estado nas relações internacionais .....	1137
5.	Nacionalidade .....	1141
5.1.	Nacionalidade .....	1141
6.	Condição Jurídica do Estrangeiro .....	1143
6.1.	Vistos na nova Lei de Migração .....	1144
6.2.	Impedimento e repatriação na nova Lei de Migração .....	1147
6.3.	Impedimento e deportação na nova Lei de Migração .....	1148
7.	Cooperação Jurídica Internacional .....	1149
7.1.	Extradicação na nova Lei de Migração .....	1150
8.	Organização das Nações Unidas (ONU) .....	1151
9.	Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais .....	1153

## DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....

1.	Direito Internacional Privado: Linhas Gerais .....	1155
2.	Conflitos de Leis no Espaço: a Norma de Direito Internacional Privado. Aplicação do Direito Estrangeiro .....	1155
3.	Competência Internacional .....	1157
4.	Cooperação Jurídica Internacional: Linhas Gerais .....	1158
4.1.	Cooperação jurídica internacional: cartas rogatórias e homologação de sentenças estrangeiras .....	1158
4.2.	Cooperação jurídica internacional: novos institutos .....	1160

## ■ FILOSOFIA DO DIREITO

*Glauco Bresciani Silva*

1. Introdução.....	1163
2. Filosofia do Direito .....	1163
3. O conceito de Justiça .....	1164
4. O conceito de Direito .....	1165
5. Equidade.....	1166
6. Direito e Moral .....	1166
7. Ética .....	1167
7.1. Ética Aristotélica .....	1167
7.2. Ética Kantiana .....	1168
7.3. Ética Utilitarista .....	1169
8. Escolas Filosóficas do Direito.....	1170
8.1. Jusnaturalismo .....	1170
8.2. Juspositivismo.....	1170
8.3. Realismo Jurídico .....	1171
8.4. Conclusão.....	1171
9. Hermenêutica Jurídica.....	1172
10. Pensadores da Filosofia do Direito (mais cobrados nas últimas provas do exame da OAB).....	1174
10.1. Antiguidade (nascimento da Filosofia na Grécia, por volta do século VIII a.C até a queda do Império Romano. século V. d.C).....	1174
10.2. Idade Média (refere-se ao cristianismo latino do século V ao XV, iniciando na queda do Império Romano do Ocidente e sendo encerrado com a queda de Constantinopla) .....	1176
10.3. Idade Moderna (século XV ao XVIII).....	1177
10.4. Idade Contemporânea (século XVI em diante).....	1178
Referências.....	1180

## ■ ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, SEU REGULAMENTO GERAL E CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

*Tiago Bockie e Marco Aurélio Prata*

1. Introdução.....	1185
2. Da Atividade de Advocacia .....	1185
2.1. Atividade privativa de advogados .....	1185
2.2. Efetivo exercício da advocacia.....	1186
2.3. Atos praticados por estagiários.....	1187
3. Procuração (instrumento de mandato) .....	1187
3.1. Substabelecimento .....	1188
3.2. Renúncia e revogação da procuração .....	1188
4. Da Inscrição .....	1189
4.1. Requisitos para inscrição como advogado na OAB .....	1189

4.2.	Da inscrição do estagiário na OAB.....	1190
4.3.	Local de inscrição do advogado e do estagiário.....	1191
4.4.	Cancelamento da inscrição e licenciamento do advogado.....	1191
5.	Publicidade na Advocacia.....	1192
5.1.	Publicidade obrigatória.....	1192
5.2.	Meios de publicidade permitidos.....	1192
5.3.	Meios de publicidade vedados.....	1193
5.4.	Vedações aos advogados.....	1193
6.	Sigilo Profissional.....	1194
7.	Da Sociedade de Advogados.....	1194
7.1.	Sociedade simples e sociedade unipessoal.....	1194
7.2.	Personalidade jurídica e razão social.....	1195
7.3.	Procurações e intimações concedidas a sociedade de advogados.....	1195
7.4.	Da responsabilidade da sociedade e dos advogados.....	1196
8.	Dos Direitos dos Advogados.....	1196
8.1.	Prerrogativas.....	1196
8.2.	Direitos dos advogados previstos no Art. 7º do Estatuto da OAB.....	1196
8.3.	Direito das advogadas.....	1199
9.	Do Advogado Empregado.....	1200
10.	Das Incompatibilidades e Impedimentos.....	1200
10.1.	Noções distintivas.....	1200
10.2.	Hipóteses de incompatibilidade.....	1200
10.3.	Hipóteses de impedimento.....	1201
10.4.	Advocacia exclusivamente vinculada à função.....	1201
11.	Dos Honorários Advocatícios.....	1202
11.1.	Noções gerais.....	1202
11.2.	Parâmetros para fixação dos honorários.....	1202
11.3.	Espécies de honorários.....	1203
11.4.	Ação de cobrança dos honorários.....	1203
12.	Das Infrações e Sanções Disciplinares.....	1204
12.1.	Infrações que acarretam a penalidade de censura.....	1204
12.2.	Infrações que acarretam a penalidade de suspensão.....	1205
12.3.	Infrações que acarretam a penalidade de exclusão.....	1206
12.4.	Multa.....	1206
12.5.	Prescrição.....	1206
13.	Dos Órgãos da OAB.....	1207
13.1.	Conselho Federal.....	1207
13.2.	Conselho Seccional.....	1208
13.3.	Subseção.....	1209
13.4.	Caixa de assistência dos advogados.....	1210
14.	Das Eleições e dos Mandatos.....	1210
15.	Do Processo Disciplinar.....	1211